

## CONTRAPONTO

## FEDERAL É POSITIVO PARA A SOCIEDADE?

## Educação superior: expansão ou extensão ?

NÃO

Francisco Estigarribia de Freitas

Professor do departamento de Metodologia do Ensino da UFSM

A questão da expansão do Ensino Federal não me parece que passa, simplesmente, por se posicionar de forma favorável e portanto, defender como positiva essa expansão. Muito menos, por se posicionar contrário à ampliação do mesmo, uma ou outra, posições acrílicas e apriorísticas. Será necessário problematizar a questão do Ensino Federal na sua entranha, possibilitando, assim, projetar as linhas a constituir a situação do Ensino Federal.

Porém, é possível estabelecer aqui algumas peculiaridades que têm marcado de maneira bastante cruel o ensino federal, especialmente, o ensino superior. Não que as escolas técnicas federais não mereçam atenção, mas porque a realidade dessas deve ser debatida pelos docentes que experienciam o seu cotidiano.

Debater a expansão do ensino superior federal, nesse momento, pode assumir contornos políticos-partidários. Essa não é a proposição assumida aqui, já que a pretensão é destacar alguns elementos presentes no cotidiano do ensino superior federal que estão ligados à política de governabilidade.

Assim, o que temos assistido desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases LDB tem se caracterizado por uma avalanche de intervenções nas Universidades Federais por parte dos governos. Essa intromissão se caracteriza por ser desastrosa, arbitrária, unilateral e, extremamente, preocupada com o "custo" do Ensino Superior.

Essa atuação governamental, regida pelo interesse mercadológico, apenas tem provocado um sucateamento material das condições de trabalho e de docência, da contratação de professores e um aprofundamento da privatização no interior das Instituições de Ensino Superior (IES), a partir da criação de Fundações como mecanismo para agilizar e facilitar algumas operações no cotidiano das IES; ou seja, adota-se a visão e práticas de empresas privadas no gerenciamento de uma instituição pública.

As condições materiais para o exercício do magistério superior a cada ano, mais tem se degradado. Prédios com insuportabilidade extrema às condições

ambientais, tanto do ponto de vista das intempéries - principalmente no que diz respeito ao calor - como em relação a acústica, já que há ao lado do campus uma base área e um aeroporto. Mais precisamente, no Centro de Educação onde há diversos problemas de ordem material, como construção, há no mínimo 11 patologias que comprometem o prédio que fora construído no ano 98/00, dentre as quais citamos algumas: a acústica das salas que não funcionam, teto com altura mínima, os pisos sem o escoamento necessário o que impossibilita qualquer discussão relevante na área educacional, pois muitas vezes durante as discussões decola ou aterrissa um avião e aí, a linha de pensamento já foi junto para além da sala de aula.

Tudo bem que essa é uma especificidade que atinge parte da cidade universitária. A questão é que para superar os transtornos de acústica, passa pela destinação de verbas para implantação de uma acústica adequada não só as atividades de docência, bem como hospitalares, já que próximo a essas rotas há o Hospital Universitário. Entretanto, assistimos propaganda de uma empresa vinculada a essa atividade minimizadora de ruídos e dos efeitos da temperatura que está instalada dentro da área da cidade Universitária. Contraditório no mínimo, não?!

Uma outra questão crucial nas IES, aí de modo amplo, é a política de contratação de professores substitutos. Esses têm sido contratados para substituírem as atividades de docência, desenvolvidas por docentes concursados quando de suas aposentadorias ou de seus afastamentos por motivos de qualificação e de licença para tratamento de saúde. Podemos perguntar: onde está a Autonomia Universitária tão propalada pelo MEC?

Nessa questão cabem algumas ressalvas: mais uma vez não se trata de ser contra ou a favor dos substitutos; é preciso deixar muito claro que o que cabe questionar é a figura do substituto como adoção à precarização do ensino superior. Já que os docentes nessas condições

ficam limitados ao ensino, uma vez que não têm possibilidades contratuais de responder pelas ações de pesquisa, extensão e administrativas dos docentes concursados. Isso projeta uma situação de desqualificação do ensino superior, não pela formação do docente no exercício de substituto, mas pela limitação imposta contratualmente.

Isso significa uma precarização em duplo sentido: do docente que fica limitado a uma sobrecarga de docência totalmente inviável a um agir educacional; e da própria instituição universitária que perde seu potencial de pesquisa e extensão. Essa situação está criando uma fragmentação interna na dinâmica e nas relações entre os próprios docentes, inclusive, salarial. É bom que se explicita, mais uma vez, não se trata de ser contra ou a favor, mas de olhar para os problemas internos gerados pelos sucessivos governos, com a adoção de políticas restritivas à educação, entendida como trinômio indissociável da pesquisa, ensino e extensão - atacada sistematicamente pelo poder executivo quanto a autonomia das Instituições de Ensino Superior do país.

Como se não bastassem essas condições anunciadas e vivenciadas cotidianamente de precarização, estamos vivendo uma etapa de criação de "novas" licenciaturas, voltadas a

implementar cursos à distância como pretensa solução para estender o curso superior a todas as pessoas.

É a política da esperança sendo transmutada da política para a educação. Uma aposta da educação intermediada pela tecnologia - rede de comunicação - como proposta de um estilo de vida, na qual os participantes ficam descarnados da experiência cotidiana.

Assim não se trata de ser contra ou a favor da ampliação do ensino superior, mas termos clareza do que é que se quer com uma ampliação de ensino superior, a partir de um sistema que apesar da precariedade projetada, tem sido centro da produção de pesquisa no país. Nesta direção, a questão aponta para: qual o problema que a expansão do ensino superior poderá constituir para os próprios estudantes dentro dessa política educacional vinculada ao utilitarismo de mercado, principalmente, se considerarmos que a relação entre ciência e tecnologia e abertura de postos de serviços, a tendência é pela diminuição de novos empregos, considerando a automação.

O que de fato o governo vem sugerir com a expansão do ensino superior? Aumentando o número de aprendentes numa perspectiva otimista através da distância, não haverá o como? Nem o quê? Ou seja, objetos para exercermos a pesquisa e extensão e sim somente o ensino. Seríamos "meros" ensinantes para meros aprendentes.

*"O que se quer com uma ampliação do Ensino Superior?"*

